

## **SÃO PAULO 2014**

### **1. PANORAMA INTRODUTÓRIO**

A capital do Estado de São Paulo é superlativa. É o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América Latina. É a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano e de todo o hemisfério. Metrópole brasileira mais influente no cenário mundial, São Paulo é a 14ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo a classificação de cidade global alfa, por parte do Globalization and World Cities Study Group & Network.

O município possui o 10º maior PIB do mundo, representando, isoladamente, 12,26% de todo o PIB brasileiro e 36% de toda a produção de bens e serviços do Estado de São Paulo. É sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. São Paulo é a sexta cidade mais populosa do planeta e sua região metropolitana, com 19.223 897 habitantes, é a quarta maior aglomeração urbana do mundo.

A pujança econômica, no entanto, não deixou São Paulo ao largo da grave problemática de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Em um quadrilátero em torno da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), na zona oeste da capital, meninas oferecem seus corpos mal saídos da puberdade para caminhoneiros que abastecem o maior entreposto da América Latina.

As primeiras denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes na área levaram à proibição da entrada de menores desacompanhados na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). O resultado foi a migração do agenciamento e da prática do crime para as ruas ao redor. Os programas, muitas vezes, acontecem nas boleias dos caminhões.

A situação é investigada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) desde 2007. A área é comparada às degradadas zonas portuárias. “Trata-se de um porto seco dentro de São Paulo, cercado de prostituição e tráfico de drogas, numa situação bem parecida com a do porto de Santos”, afirma a procuradora Cláudia Lovato.

O cenário degradante nos arredores da CEAGESP começa a ser comparado à cracolândia, região que concentra usuários e traficantes no centro de São Paulo.

As imagens costumeiras de usuários maltrapilhos vagando pelas ruas centrais da capital paulista mostram o quanto é desafiante a tarefa de enfrentar a dependência do crack e suas consequências. Em janeiro de 2012, o governo do Estado de São Paulo deflagrou a Operação Centro Legal, aumentando o policiamento ostensivo na área e promovendo internação de usuários e prisão de traficantes.

Autoridades chegaram a anunciar o fim da cracolândia. Passados vários meses, a concentração de usuários persiste. São locais nos quais o tráfico ocorre abertamente. Para sustentar o vício, os relatos de prostituição, por parte de usuárias de todas as idades, são uma constante. “Antes as mulheres era invisíveis na cracolândia”, diz Solange Nappo, pesquisadora do Centro

Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Para o negócio, a presença feminina foi interessante. A mulher pode se prostituir e prover o crack para si e para o parceiro.”

Coordenadora da pesquisa “Comportamento de Risco de Usuárias de Crack em relação às DST/AIDS)”, Solange constata que as mulheres são ainda mais vulneráveis do que os homens. Entre as 80 entrevistadas na pesquisa, os relatos são de múltiplas gestações. Uma delas estava na nona gestação nas ruas de São Paulo. “Os filhos indesejados do crack são uma complicação a mais para o Estado”, diz Solange. “São abandonados por mães que não desenvolveram afeto por bebês gerados em situação de exploração.”

Com esse pano de fundo na capital, o Estado de São Paulo é o maior responsável pelas denúncias que chegaram ao Disque Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Das 50.833 denúncias recebidas entre janeiro e agosto de 2011, 6.600 tiveram como origem São Paulo. No entanto, o Estado cai para a penúltima posição no ranking quando o número de habitantes é levado em consideração. Registrou a média de 16,57 denúncias para cada grupo de 100 mil habitantes.

De acordo com o *Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras*, realizado pela Childhood Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), realizado entre 2011 e 2012, São Paulo possui nas rodovias federais que cruzam seu

território 24 pontos vulneráveis à prática da exploração sexual comercial de meninos e meninas. São 12 locais considerados críticos, sete de alto risco, quatro de médio risco e um de baixo risco.

No levantamento anterior, de 2009/2010, o número de pontos de vulnerabilidade a essa prática nas rodovias federais que cortam o Estado era bem maior: 92. Dos locais identificados pelo estudo, 51 eram de risco crítico, 21 de alto risco, 15 de médio risco e cinco de baixo risco. Portanto, comparando-se os dois períodos, houve uma redução de 72,91% na quantidade de locais suscetíveis à exploração sexual de meninos e meninas.

## **2. CENÁRIO LOCAL PRÉ-COPA**

Em tempo de grandes obras para hospedar a Copa do Mundo 2014, as situações de risco social se espalham pelo País. Diante dessa realidade presente também na capital paulista, O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente em São Paulo (CEDECA Interlagos) está planejando uma ação, com parceiros, nas obras do Itaquerão, a futura arena do Corinthians e palco da cerimônia de abertura da Copa do Mundo de 2014.

O projeto, porém, ainda é embrionário. Segundo Lúcia Toledo, secretária executiva do CEDECA Interlagos, a proposta de ação se encontra em fase de planejamento e proposições junto à Construtora Odebrecht, responsável pela obra do estádio, à Subprefeitura de Itaquera, às organizações sociais e os serviços de assistência social daquela região.

Enquanto a resposta não vem, Lúcia explica que a entidade planeja realizar atividades de sensibilização e mobilização voltadas à comunidade próxima

ao metrô de Itaquera, a partir de agosto. Ainda não há mais detalhes sobre essas ações.

Lúcia acredita que o maior diferencial do projeto será dar visibilidade à questão da exploração sexual contra crianças e adolescentes nas grandes obras. Na opinião dela, os canteiros não podem ser vistos somente como possibilidade de emprego. “As empresas têm uma responsabilidade não apenas com o impacto ambiental, mas também o social e cultural. Cuidar e prevenir a violência em seus canteiros de obras é mais do que necessário e urgente.”

Segundo ela, o Estado de São Paulo tem se mostrado muito ausente nesse aspecto. “As iniciativas governamentais estão em sua maioria ligadas à política de assistência social que não tem como dar conta do fenômeno sozinha. É algo complexo, delicado que necessita de investimento financeiro e político”, critica Lúcia. O projeto está em discussão nos espaços de incidência do tema. “Ainda não conseguimos avançar na elaboração. Porém, essa discussão da ESCCA nas grandes obras permeia todos os espaços em que defensores de direitos estão inseridos.”

Em compasso de espera também está o Comitê Popular da Copa em São Paulo, segundo Juliana Machado. Membro do comitê paulista, ela diz que não dispõe de informações sobre iniciativas da sociedade civil e de governo quanto ao enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil diante da realização da Copa do Mundo de 2014 no País. “O comitê local organizador, bem como os demais órgãos institucionais, não têm espaço para a população”, afirma. “O tema está na pauta do Comitê Popular, porém não temos, até agora, a participação de representantes da sociedade nesta área específica.”

Fabiana Gouveia, coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), relata que na secretaria não há um projeto específico para adolescentes vítimas de exploração sexual voltado para a Copa 2014. Contudo, segundo ela, existem serviços da rede direta e conveniada com a Pasta que trabalham na prevenção e atendimento desse segmento. São eles o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Serviço de Proteção Social à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV).

Ana Cristina Silva, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA/SP), destaca que a cidade de São Paulo conta com o Comitê de Enfrentamento Abuso e Exploração Sexual. Ela cita algumas ações, como a realizada no distrito de São Miguel Paulista (SP) pela Rede Criança de Combate à Violência Doméstica. “Fazemos o atendimento e a prevenção, trabalhamos com profissionais da área da saúde, assistência social, educação”, relata.

Dentro do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (PAIR), Ana Cristina destaca o trabalho em zonas periféricas da Grande São Paulo. “O PAIR Leste está sensibilizando os profissionais que estão atuando com crianças e adolescente na Zona Leste da capital. Temos os grupos do PAIR Oeste, Sul, Centro realizando ações na cidade pelo enfrentamento ao abuso e exploração sexual”, afirma.

Segundo André Cintra, assessor de comunicação da Secretaria Especial de Articulação para a Copa do Mundo de 2014 do Estado de São Paulo (Secopa-SP), o foco contra exploração sexual na capital paulista é nas

zonas de concentração de usuários de drogas. “ Existe uma operação, em vigor desde 2007, para combater a prostituição mais degradante, de usuários de crack e moradores de rua, e que este ano foi articulada com Estado e município”, afirma, referindo-se à Operação Centro Legal. Trata-se de um operação dirigida para a região da Nova Luz, no centro da cidade, com o objetivo de resgatar as pessoas em estado de vulnerabilidade, combater o tráfico e criar um ambiente propício para as ações sociais.

Ao contrário de outras cidades-sede, a quantidade de turistas em São Paulo durante a Copa do Mundo de 2014 será abaixo da média registrada normalmente, segundo avaliação do assessor da Secopa. Partindo de tal premissa, ele afirma que o Mundial não colocará o município frente a uma realidade nova. “São Paulo é a cidade que mais recebe turistas no Brasil”, enfatiza. “Por isso, a Copa do Mundo não nos dá novos desafios de forma que essa preocupação seja ampliada para além do que já é feito no Estado e no município.”

Para Ana Cristina Silva, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA/SP), tal avaliação é uma fala recorrente do governo. Segundo ela, uma leitura errônea. “Mandar a política reprimir as adolescentes em situação de comércio sexual na região de Itaquera, por exemplo, é errado. Elas vão embora, mas voltam quando os policiais saem de lá”, afirma. “Faltam dados, estatísticas e uma radiografia da situação no município para que o governo adote as políticas públicas necessárias. Se a situação já está assim dois anos antes da Copa, imagina quando o evento começar?”.

O assunto começa a ganhar destaque também nos jornais, com reportagens sobre adolescentes que fazem programa próximo à estação Itaquera do metrô, na Zona Leste da capital. Meninas com idades entre 12 e 17 anos foram flagradas se oferecendo na área por valores entre R\$ 10 e R\$ 25. O dinheiro, segundo os relatos, é utilizado também para comprar crack. Uma delas chegou a informar que fazia oito programas por dia.

### **3. ATORES GOVERNAMENTAIS**

#### ***3.1. Secretaria Especial de Articulação para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 do Estado de São Paulo (Secopa-SP)***

Considerando a necessidade de estabelecer a articulação e a coordenação de ações do município de São Paulo com as demais cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as instâncias dos governos estadual e federal, foi criada, em 2011, a Secretaria Especial de Articulação para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 do Estado de São Paulo (Secopa-SP).

Sua função é dar assistência, direta e indiretamente, ao prefeito de São Paulo nos assuntos referentes ao Mundial, especialmente no que diz respeito à condução do relacionamento com os órgãos da Administração Municipal e dos entendimentos com as demais cidades-sede e bases, bem como com órgãos dos governos estadual e federal.

Também cabe à Secopa articular parcerias com os comitês locais das cidades-sede, das cidades-base e dos governos estadual e federal, tendo por objeto a Copa do Mundo de Futebol de 2014. A Secretaria do Governo



Municipal oferece toda a infraestrutura e o apoio administrativo necessários ao desempenho das funções da Secopa.

A construção da Secopa se dá da seguinte forma:

- Secretário Especial - Gilmar Tadeu Ribeiro Alves
- Assessora Especial - Elisabeth Pataro Tortolano
- Assessores Técnicos - André Cintra Silva (Comunicação) / Evandro Colasso Ferreira (Mobilidade Urbana e Serviços) / Edimar Tobias da Silva (Preparação da Cidade) / Josafá Caldas de Oliveira (Estádio e Entorno) / José Alberto Saraiva Fernandes (Mobilidade Urbana e Serviços) / Josemar Reboredo de Freitas (Gestão da Secopa) / Luciano Luiz da Silva (Comunicação) / Marcelo Gomes Freitas Rezende (Estádio e Entorno)
- Secretária - Geane Cristina Gomes Cordeiro

### ***3.2 Comitê Paulista***

O Comitê Paulista (decretos 56.648 e 56.773, de 2011) sucedeu uma estrutura menor, conhecida como Grupo de Trabalho Paulista, tendo em vista a atual fase de planejamento e proximidade da Copa do Mundo. O Comitê é formado por secretários do Governo do Estado e convidados da Prefeitura, sob coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional. As demais pastas e a sociedade participam de forma pontual, desenvolvendo projetos a pedido do Comitê.

A estrutura operacional do Comitê é a sua secretaria-executiva, comandada por Raquel Verdenacci.

- Raquel Verdenacci - Secretária Executiva do Comitê Paulista
- Julio Semeghini - Coordenador do Comitê Paulista e secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional
- Miguel Bucalem - Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
- José Benedito Fernandes - Secretário Estadual de Esporte, Lazer e Juventude
- Bebeto Haddad - Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
- Edson Aparecido - Secretário de Desenvolvimento Metropolitano
- Elton Santa Fé Zacarias - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
- Linamara Rizzo Batistela - Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Marcos Belizário - Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- Saulo de Castro Abreu Filho - Secretário de Logística e Transportes
- Marcelo C. Branco - Secretário Municipal dos Transportes
- Antônio Ferreira Pinto - Secretário Estadual de Segurança Pública
- Rubens Chammas - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Jurandir Fernandes - Secretário dos Transportes Metropolitanos
- Nelson Hervey Costa - Secretário do Governo Municipal
- Marcelo Rehder - Presidente da SPTurismo
- Paulo A. Barbosa - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
- Marcos Cintra - Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho
- Bruno Covas - Secretário do Meio Ambiente

- Eduardo Jorge - Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente
- Márcio Aith - Secretário Estadual de Comunicação
- Coronel Admir Gervásio Moreira - Casa Militar
- Fábio Lepique - Secretário Particular do Governador
- Gilmar Tadeu Alves - Secretário de Articulação para a Copa de 2014
- Ronaldo Nazário de Lima - Nomeação especial
- Camila Melo - Assessora de Imprensa do Comitê Paulista

### ***3.3 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)***

Na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), não há um projeto específico para adolescentes vítimas de exploração sexual voltado para a Copa 2014, contudo existem serviços da rede direta e conveniada com a pasta que trabalham na prevenção e atendimento desse segmento, sendo eles: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV).

Na cidade de São Paulo estão implantados 21 CREAS. Outros cinco estão previstos para começar a funcionar até o final de 2012. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) é ofertado no CREAS e também atende crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, bem como suas famílias e quando possível o agressor. O CREAS/Paefi presta atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, direcionando o foco à

família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção a seus integrantes.

O CREAS tem como objetivo a implantação da política de assistência social, conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Já o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV) – física, psicológica, negligência, abuso e exploração sexual) – espalha-se por onze estruturas. Até o final de 2012, serão 14 serviços na cidade de São Paulo, que oferta 80 vagas de atendimento em cada um deles. Ali, é oferecido também um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social e psicossocial.

O SPVV foi iniciado em 2004, na implantação do programa Sentinela e, atualmente, é uma iniciativa tipificada na rede de assistência social municipal. O SPVV é mantido com verbas municipal e federal. Entre as atribuições que cabem ao CREAS e ao SPVV estão:

- Identificar o fenômeno e os riscos decorrentes.
- Prevenir o agravamento da situação.
- Promover a interrupção do ciclo de violência.
- Contribuir para a devida responsabilização dos autores da agressão ou exploração.
- Favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação da violência vivida, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a potencialização da autonomia e o resgate da dignidade.
- Fortalecer a Convivência Familiar e Comunitária.

- Articular em rede com as demais políticas públicas, fortalecendo dessa forma a prevenção à violência.
- Proporcionar atendimento psicossocial por meio de procedimentos individuais e grupais.
- Contribuir com o sistema de informações sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente.
- Garantir articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.
- Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento destinado às crianças e aos adolescentes vitimados pela violência.
- Contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, na compreensão de que a rede articulada potencializa recursos.
- Articulação com a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA), para implementação e execução do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Atualmente são 880 vagas nos Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, lembrando que os meninos e meninas atendidos não são somente vítimas de exploração sexual.

### ***3.4 Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR/SP)***

Em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014, estão sendo realizadas reuniões com vários atores para ações e mobilizações de prevenção, informação e capacitação junto aos profissionais da rede que envolvam o atendimento de criança e adolescente.

Desde 2011 está sendo implantado na cidade de São Paulo o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Integrantes do PAIR de São Paulo estão mobilizando regionalmente os serviços da rede pública da cidade que trabalham com crianças e adolescentes, tanto na prevenção quanto no atendimento. “Também estamos nos mobilizando junto às mídias, pois há muita informação errônea e distorcida sobre a temática. Estamos articulando uma capacitação e formação junto a esses atores”, afirmou Isabel Cristina Bueno da Silva, coordenadora da Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMDAS).

A Coordenadoria de Proteção Especial (CPE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, em casos de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de drogas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua e trabalho infantil. Atendimentos que exigem intensa articulação com toda a rede de assistência, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e outros órgãos de defesa de direitos.

Isabel relata, ainda, que o maior desafio é desenvolver o trabalho em rede e garantir a continuidade das ações. “Espera-se que a cidade de São Paulo,

Poder Público, organizações não governamentais e sociedade civil sejam protetoras das crianças e adolescentes”, diz ela. “O motivo de todas as ações é a extinção da exploração sexual de crianças e adolescentes, seja em qualquer época, e que as ações de prevenção e informação possam contribuir para que o quadro não se agrave.”

De acordo com Ana Cristina Silva, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA/SP), várias articulações estão em curso. “Para a Copa do Mundo atuamos junto ao Pair. Nossas ações estão no campo da articulação com ONGs que atuam na proteção de crianças e adolescente. São cerca de 80 na Zona Leste”, explica.

Em maio, foi realizado um seminário com as entidades. Está prevista para 9 de agosto uma nova reunião entre representantes da sociedade civil e da SMADS. Na pauta, o desenvolvimento de um projeto de capacitação voltada às ONGs da Zona Leste da capital. “Uma capacitação única para integrá-las de fato ao tema do enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil durante a Copa”, afirma Ana Cristina. A ideia é sistematizar e unificar os procedimentos de identificação, abordagem e encaminhamento dos casos. “Desenvolvidos a metodologia e o conteúdo, as ações devem começar a partir de setembro”, conclui ela.

### ***3.5 Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo***

A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Ministério da Justiça, realizará em São Paulo, entre os dias 13 e 15 de agosto, uma reunião com os coordenadores dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) de vários Estados. Como a questão implica tanto trabalho escravo como tráfico para fins de exploração sexual, a Copa do Mundo está na pauta.

“Existe uma congregação de Estados. São Paulo integra esse grupo, do qual fazem parte Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Acre, Amazonas e Mato Grosso, com os quais estamos dialogando”, explica Juliana Armede, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NEPT), da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Segundo ela, é dentro desse trabalho conjunto que estão sendo pensadas formas de atuação frente à perspectiva da Copa do Mundo de 2014. “Antes de criar mais um trabalho desconexo, resolvemos olhar para dentro dos nossos Estados. Não adianta se integrar a um comitê nacional e não se organizar dentro da própria casa. Mesmo porque toda atribuição de persecução penal, de assistência social e de saúde não é da União. São atribuições do Estado e do município”, defende a coordenadora.

A Secretaria de Justiça integra o Comitê Paulista da Copa. “Estamos olhando para o diálogo que o comitê está fazendo internamente para, então, nos juntarmos à iniciativa deles agregando informações sobre o que é tráfico de pessoas”, diz a coordenadora do NETP. “Primeiro, vamos



mapear tudo o que está sendo falado para não acontecer o que acontece hoje: o Estado gastando tempo e dinheiro em diálogos e ações desconexas, que têm a mesma finalidade.”

Para Juliana, além de desconexas, muitas iniciativas são ainda desconhecidas e pouco divulgadas. “Tem comitê em Brasília para tudo e você acaba tendo dificuldade de conversar”, afirma.

No caso da exploração sexual, ela diz que é preciso conhecer o trabalho das instituições que têm atribuições no enfrentamento e na prevenção. “Tem um viés policial, de combate ao crime organizado. Tem o viés da assistência social, com os CRAS e CREAS atuando. Tem o viés do Sistema de Garantia de Direitos”, enumera Juliana. “Todos precisam entender a questão do tráfico de pessoas. Por isso, vou olhar com responsabilidade o que está sendo feito para só então entrar nesse movimento junto. É uma cautela para não sobrepor ações.”

## **4. PROJETOS EM ANDAMENTO**

### ***4.1 Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes***

O projeto *Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes* é realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente em São Paulo (CEDECA/Interlagos) em parceria com outras organizações da sociedade civil, governo do Estado e municipal, bem como por meio de convênio com a Prefeitura de São Paulo.

O objetivo do projeto é enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, garantindo direitos e proteção, bem como colocar em prática os planos de enfrentamento elaborados. O projeto é realizado desde 2004. Entretanto, algumas ações não têm financiamento.

O público-alvo do projeto são crianças, adolescentes e familiares da Capela do Socorro (SP), especialmente as que se encontram em situação de violência, e atores do Sistema de Garantia de Direitos do Estado. Por mês, estima-se que sejam atendidos diretamente uma média de 150 crianças e adolescente no acompanhamento psicossocial e mais cerca de 50 a 70 de forma indireta nas ações de prevenção.

Ações que integram o projeto:

- Desenvolver ações de enfrentamento à violência sexual nos diversos eixos previstos nos planos municipal e estadual de enfrentamento à violência sexual.
- Ações de mobilização ao longo do ano: Carnaval, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças (18 de maio), aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Grande Prêmio de Interlagos de Fórmula 1.
- Ações de prevenção nas comunidades e escolas para discutir, conversar sobre direito à sexualidade, direitos da criança e do adolescente, violência doméstica e sexual, exploração sexual, entre outros.
- Ações de formação e assessoria para diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos.
- Atendimento direto de crianças, adolescentes e suas famílias e ao agressor.

- Análise da situação - mapeamento da realidade do fenômeno no território de trabalho do CEDECA.
- Defesa de direitos de maneira ampla nas várias ações realizadas, bem como orientações jurídicas.
- Controle e efetivação da política – participação como membro da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA), do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e representação do ponto focal adulto por São Paulo no Comitê Nacional.
- Trabalho com a rede de proteção local para discussão de casos atendidos em comum, bem como para divulgar e fortalecer a rede no que diz respeito à proteção.

Como resultado do projeto, espera-se que, a partir de ações de mobilização, sensibilização e informação, as pessoas possam se comprometer mais com a proteção de crianças e adolescentes. Possam também denunciar casos e reivindicar essa proteção aos órgãos competentes, visando à garantia de direitos e o desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes, de forma natural e saudável, não por meio da violência.

Lúcia Toledo, secretária executiva do CEDECA Interlagos, comenta os desafios: “São muitos e alguns constantes, como a possibilidade de desconstrução da cultura machista, adultocêntrica, patriarcal e desigual em que vivemos”. Ela ressalta que essa cultura afeta e agrava ainda mais as possibilidades de quebra do ciclo violento existente. “A criança ainda é vista como objeto de ação adulta, e não como sujeito de direitos, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.”